

Poder e Saber sobre o Corpo — a Educação Física no Estado Novo (1936-1945)

Rui Gomes*

Resumo

Do ponto de vista cronológico o facto social que pretendemos estudar situa-se no tempo que vai desde a criação da Organização Nacional Mocidade Portuguesa (1936), até 1945, altura em que se fazem sentir os primeiros resultados da instituição única de formação de professores de Educação Física — o INEF. A nível tipológico o artigo refere-se a factos institucionais que concorrem para a continuidade da formação económica e social do Estado Novo; ideológicos, correspondentes a manifestações de conhecimento, particularmente o político; científicos, correspondentes à produção científica das instituições dela responsáveis; profissionais, correspondentes à preparação de agentes de ensino e à formação de uma nova ideologia profissional.

1. Introdução

A criação da Mocidade portuguesa e a abertura do INEF coincidem com o período de extinção das Escolas Normais Superiores (1930) e de encerramento das Escolas do Magistério Primário (1937). Esta «coincidência» faz parte de um programa de centralização e controlo ideológico por parte do Estado Novo, que passava pela aplicação desviante da máxima de Juvenal — «*Mes sana in corpore sano*». Máxima essa que em salazarismo escorreito queria dizer: formação da consciência na e através da disciplina e submissão dos corpos. Um tal programa passava

* Assistente convidado da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Bolseiro do INIC.

pela ruptura com as concepções «libertárias» do republicanismo e com as instituições que se mostravam impregnadas desse saber. E passava também pela criação de instituições que não deixassem dúvidas acerca da tutela ideológica do Estado, dos militares e da Igreja. A formação de professores de Educação Física que sempre assentara numa deficiente estrutura material e mental, acorrentada num empirismo sufocante, desde sempre condicionada por paradigmas externos, constituía um terreno privilegiado para a reprodução dos valores transmitidos por outras vias.

O período que analisamos está cheio de decisões políticas e pedagógicas ao nível da Educação Física, mas é, ao mesmo tempo, muito pobre na sua teorização e produção científica.

O período de consolidação do Estado Novo é um período de elaboração de tecnologias políticas. Sistema duro no que diz respeito ao seu núcleo ideológico é, simultaneamente, pragmático, aberto à integração de algumas práticas sociais emergentes. O Estado Novo compreendeu que, a uma crise de identidade, não se responde apenas com a força mas também com sedução integrativa. O Estado Novo propõe aos portugueses que colaborem com ele, como se participassem num dispositivo optativo. No período de 1926 a 1942 foram criadas em Portugal uma série de instituições com um papel decisivo na orientação da Educação Física e desportos. A estratégia adoptada era justificada pela necessidade de impor a legalidade mediante o poder militar e proceder à harmonia social através da persuasão pedagógica.

Ao contrário das outras disciplinas, onde o saber científico «fundamental» é anterior e extrínseco à formação do saber pedagógico, no domínio da Educação Física o saber «fundamental» surgiu, em grande medida, do saber pedagógico. Ou, de forma mais precisa, surgiu da teorização de uma prática pedagógica onde se aplicavam os saberes provenientes de outras áreas. Reconstruir este percurso de produção de um saber pedagógico e da sua relação com outros saberes, permitir-nos-á penetrar no âmago do problema da identidade profissional dos professores de Educação Física. Identidade que não é atingida no período que analisamos, mas que vê surgir um terreno propício ao seu aparecimento.

2. O discurso do Poder: do corpo tolerado ao corpo reintegrado

2.1. «Ser português é fazer portugueses»: os axiomas do salazarismo

O salazarismo inscreve-se no conjunto de movimentos políticos que tentaram repor as gentes na sua sociabilidade natural. Nesses anos, uma minoria de portugueses modelavam a maioria dos portugueses por fazer. À história é dado o poder de dizer ao português quem este era. Através de factos históricos parciais e da justificação da tradição e de regras de

poder político e de organização vertendo directamente daquilo que «fomos no passado», racionaliza-se uma acção reformativa de Portugal.

«...quando o salazarismo propõe assim a sua leitura, inscreve-se numa tradição recente e numa necessidade tornada vital, mas simultaneamente inova no que lhe diz respeito, pois que é a primeira vez que o poder político propõe a um punhado de portugueses (a identificar) a modelagem da massa humana portuguesa. Projecto duplamente voltado para dentro. É-o territorialmente, é-o também no ataque à mentalidade, que outra coisa não é que os hábitos do corpo.»¹

O facto de ser o próprio Estado a propor que os portugueses colaborassem com ele, na sua vontade imaginária de independência, conferia veracidade ao dispositivo optativo. Tudo se apresentava como cabendo aos portugueses fornecerem os meios de viabilidade do seu próprio Estado. Mais do que existir na sua função prática, cada porção do Estado Novo deve provar. Provar que o Estado devolve a força que recebe do trabalho e da disciplina dos portugueses.

O Portugal de Salazar era uma sociedade estável, onde o consenso era procurado pela interiorização do modelo e não pela sua teorização explícita. A questão que se punha era como fazer da sociedade portuguesa um ideal constante e imutável, à maneira de uma «lei natural», quando a própria industrialização do país, ainda que balbuciante, apontava para a mobilidade? A resposta foi dada pela construção de vários axiomas: a invenção do «homo lusitanus» e a recusa de modelos externos são dois deles.

A especificidade do ser português tornava-se evidente pelos factos ameaçadores da identidade pátria e necessária devido à crise económica mundial. Desta forma, Portugal teria de reencontrar e continuar o génio próprio que o definia e habitava.

Crise, remédio, génio, incapacidade, depauperamento, atrofia, são noções que falam de corpo, de doença e de raça. Quando os homens do Estado Novo olhavam o passado pátrio, guiava-os um pensamento clínico (doença-mal/cura), integrado num quadro de reconstrução da «essência» do homo-lusitanus.

O processo do consumo do corpo pelo Estado provém da necessidade de produzir um poder estável e legítimo. O enquadramento do corpo através das mais variadas instituições respondia à necessidade de assegurar o domínio e controlo de cada componente da totalidade humana, à boa maneira positivista.

Uma tal ideia reforça o valor da ginástica, concedendo-lhe uma racionalidade que deveria conduzir à correcção de condutas — formando o espírito — e à conservação da saúde — melhorando o rendimento no trabalho. É o que podemos concluir das seguintes considerações:

«...Encarado o indivíduo como elemento indispensável da célula social que é a Família, base da sociedade e da Nação, chegamos assim a compreender a justaposição

dos interesses individuais e os da Nação, pois que na saúde física e psíquica do indivíduo se encontra a origem da regeneração física do povo (...) Os fins individuais higiénicos, da formação física visam à conservação e melhoramento do estado de saúde (...) os fins económicos encontram-se justificados no aperfeiçoamento das funções da vida de relação, num sentido do maior rendimento de trabalho útil, consequentemente no melhor rendimento do seu trabalho profissional, na diminuição das verbas orçamentais para a saúde pública...»²

Estes princípios deveriam apontar para uma organização inteligente de todos os recursos e para o seu máximo aproveitamento, quer em termos económicos quer simbólicos. E daí a adopção do sistema de ginástica de Henrich Ling, composto por movimentos racionais, analíticos e localizados dos quais pretendia controlar previamente todos os efeitos. Baseado nos conhecimentos da fisiologia, anatomia e mecânica, mas onde «...a anatomia é o melhor documento do ginasta»³, constrói-se um sistema rígido e estático, centrado na atitude e não no movimento. Podendo transformar-se numa educação física generalizada, dada colectivamente e disciplinadamente — a preocupação de imitar, na perfeição, o modelo, é central no método —, o método sueco responde às necessidades de produção de uma formação económica que optara pela autarcia.

Mas o discurso do Estado Novo não se limitava a um pragmatismo económico e higiénico. O discurso de Salazar e dos ideólogos do regime não deixa lugar a dúvidas: se Portugal queria sobreviver, teriam os portugueses que se submeter a uma nova forma de poder. O Estado Novo era essa nova forma de poder que, a um tempo, devia curar e integrar. É em grande parte ao vitalismo que o discurso do poder vai buscar o seu fundante noético. A metafísica aristotelo-tomista, onde o corpo e alma se encontram unidos consubstancialmente, vê nesta apropriação biologista a forma de transferir a onipotência de Deus para um chefe que, em nome d'Ele e por sua vontade, presidia aos destinos do povo. A metafísica que preside aos destinos da Educação Física durante o Estado Novo contraria os processos «exclusivamente exogénicos», isto é, actuando do corpo para o espírito. Como se verifica facilmente na introdução ao Regulamento de Educação Física dos liceus⁴ que marcou filosoficamente todo o período que vimos analisando:

«...Ling, espiritualista confesso, entendia, como atrás se disse, que o corpo é um instrumento vivo da alma. Certamente que o corpo não pode prevalecer sobre o espírito, antes lhe deve ser subordinado. (...) Todos os métodos de ginástica, portanto, baseados em movimentos e só em movimentos não podem atingir o seu «desideratum» como um meio na formação integral do homem, visto que as faculdades superiores do espírito escapam na sua formação e desenvolvimento ao problema exogénico».⁵

Esta Educação Física visava a espiritualização do músculo. Ainda que este novo programa oficial de 1932 estivesse muito marcado por uma corrente médico-pedagógica que viria a ser recusada pelos fun-

dadores do INEF, particularmente no que diz respeito ao quietismo das suas preocupações terapêutico-respiratórias, a sua perspectiva filosófica de entender o homem, mantém-se inalterada. Por alguma razão este regulamento se manterá em vigor, durante largos anos, apesar de os defensores do método de Ling «evoluído» marcarem vitórias sucessivas no INEF, na Direcção dos serviços de Educação Física da Mocidade Portuguesa e, em particular, no exército.

Está, então, criada uma contradição entre o desenvolvimento do carácter abstracto e universal do homem, proposto pela metafísica cristã, e o âmbito real da sua vida, que exige uma «sociabilidade natural». É por isso que os discursos de Salazar, Carneiro Pacheco e outros bebem numa vasilha naturalista. Luta pela vida e adaptação são noções tomadas à biologia como forma de combater a desordem e a falta de especialização. Escrevia Carneiro Pacheco em 1939 na proposta de Lei apresentada à A. Nacional para a criação do INEF:

«Os elevados índices de incapacidade que se registam nas inspecções médicas — militar, escolar, profissional ou de mera investigação — e o simples exame de visu da população na via pública, corpos sem verticalidade e rostos sem côr, denunciam flagrantemente a gravidade do mal, que não afecta só a saúde dos indivíduos mas a própria economia das nações. (...) A Educação Física visa em primeiro lugar, como é natural, o indivíduo em si mesmo, como unidade biológica, e sujeita-o a uma série de exercícios gimnásticos adequados ao sexo e à idade, os quais vão desde prevenirem na criança, como estimulante da nutrição, os desvios da curva do crescimento, até produzirem, a par da valorização plástica, os frutos morais que são a energia da vontade, o auto-domínio e a formação do carácter.»⁶

Tratava-se, antes de mais, de proporcionar uma normalização das necessidades e dos objectivos sociais, assegurando a vinculação da juventude aos costumes da classe política no poder.

«O homem vale pelo carácter e pelo coração, mais ainda do que pela inteligência e pelo saber, e uma nação vale menos pela ciência e pelo espírito do que pelos costumes.»⁷

Os corpos sobreviventes, os seleccionados, constituem-se num conjunto hierarquizado de funções, submetidos a um órgão regulador e normalizador central: a vontade no indivíduo, o Estado na sociedade.

Veremos como o discurso do poder se vai entrelaçar com o discurso dos saberes. Ou melhor, o saber da «comunidade científica», sancionado pela Instituição (INEF), em vez de tender à autonomia relativamente à ideologia, cristaliza numa simbiose biológico-política, que enforma todo o discurso científico e pedagógico durante a década de 40. De tal forma que será difícil dizer se foi a biologia que foi aplicada à sociedade e à política, almejando objectivos com pertinência ideológica, ou se foi a ideologia que, num pragmatismo pedagógico, distorceu e refundiu a ciência, fazendo com que esta justificasse e legitimasse aquilo que pre-

cisava de ser justificado e legitimado. Tudo faz crer que esta última é a hipótese mais razoável, até porque o quadro naturalista do discurso científico nunca descambou para a noese pagã, mantendo-se sempre na tensão disciplinada e disciplinadora da cosmogonia cristã. Nesta medida, poderíamos mesmo falar, com propriedade, no quadro «naturalista» do discurso político e no quadro «essencialista» do discurso científico.

Procurava-se então uma sociedade ideal. O que é potencialmente repressor. Tudo o que não contribui para a manutenção das energias sociais é considerado entrópico («os que não são por nós, são contra nós»). Corporações e Poupança davam corpo à ideia de ausência de contradição, a proliferação de informação gasta energias, e de combate ao desperdício — a ginástica, os jogos e os desportos visavam a racionalização energética, o comedimento de costumes e a moralização dos tempos de recreio e ócio.

A reprodução das constantes de manutenção energética e a produção física das soluções adaptativas são duas faces inseparáveis da vida dos homens em comum. É neste locus que surgem as verdades que não se discutem: Deus, Pátria, Família, Autoridade no socius global; Ordem, Vigor, Esforço (útil) na Educação Física. Era preciso formar corpos vigorosos, como imperativo de saúde; obter ordem nas interações corporais, como imperativo moral; formar homens obedientes, como imperativo político; concentrar energias aproveitáveis, como imperativo económico. Quatro razões para estabelecer separações estanques entre os indivíduos, mas também procedimentos de vigilância constante e organizações de tipo concentracionário. Organizações que, proporcionando uma vigilância individualizada, permitissem ao mesmo tempo, a concentração de grandes massas numa clausura espacial e temporal.

2.2. A «Mocidade Portuguesa»: um universo disciplinar e concentracionário

De acordo com a base XI da Lei n.º 1941, de 11 de Abril de 1936, seria criada uma

«...organização nacional e pré-militar que estimularia o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do carácter e a devoção à Pátria e a colocaria em condições de poder concorrer para a sua defesa.»

Em Maio do mesmo ano, o diploma que regulamenta as actividades da Junta Nacional de Educação conferia-lhe a obrigatoriedade de dar parecer sobre os métodos de Educação Física e pré-militar a adoptar pela Mocidade Portuguesa, depois de ouvido o Estado-Maior do Exército. Finalmente, a 4 de Dezembro, é publicado o respectivo regulamento, onde se abrange toda a juventude — escolar ou não — nas finalidades determinadas pela Lei n.º 1941.

A criação da Mocidade Portuguesa dá-se quando ainda não existiam os cursos de formação de professores necessários à nova política de educação do corpo, claramente determinada pela iniciativa militar. Apesar do Congresso da União Nacional, realizado em 1934, ter aceite o carácter formativo da Educação Física nos diversos graus de ensino e a necessidade de torná-la obrigatória em todos os estabelecimentos de ensino, a ausência de professores e a falta de instalações não permitem que uma tal indicação tenha resultados práticos. Se acrescentarmos a isto a desconfiança que os elementos das Forças Armadas fizeram recair sobre a ineficácia da corrente médico-pedagógica, que continuava a dominar nos liceus, poderemos compreender as declarações de incapacidade da escola para realizar a formação integral da juventude. Declarações essas que eram feitas pelo próprio ministro Carneiro Pacheco:

«...Mas ninguém pode ter ilusões acerca da insuficiência da escola para o desenvolvimento pleno de certos aspectos da formação, por falta de elementos técnicos ou materiais, pelas exigências do método (...). Por isso se instituiu a organização nacional denominada Mocidade Portuguesa, que, no dizer da própria lei, abrangerá toda a juventude, escolar ou não, e se destina a estimular o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do carácter e a devoção à Pátria, no sentimento da ordem, no gosto da disciplina e no culto do dever militar.»⁸

Aquando do seu aparecimento a Mocidade Portuguesa recusava a ideia da formação de uma criança-soldado. No entanto, a sua prática e o carácter abertamente militarista e hierárquico da organização não deixam lugar a dúvidas acerca do seu funcionamento «disciplinar». Reconhecendo aos militares uma especial aptidão e saber «metodológico» acumulado para entenderem a importância da Educação Física na arregimentação da juventude, o Estado Novo coloca nas suas mãos o enquadramento e o controlo dos mais jovens. Ao mesmo tempo garante-se um duplo controlo ideológico sobre a escola, impondo a colaboração dos professores com a Mocidade Portuguesa e todo um clima de vigilância sobre os «maus» elementos.

Independentemente da vontade dos pais ou dos encarregados de educação, as crianças em idade escolar entravam para a Mocidade Portuguesa de onde só poderiam desvincular-se quando fizessem 14 anos. A ideia de que o Estado Novo tinha na família o grande meio da sua política de inculcação ideológica, fica assim parcialmente desmentida.

«A família fornece à Nação a geração sucessora, à qual, por direito natural, deve dar a primeira formação (...) O Estado não pode, porém, ignorar que a família, ainda quando moralmente e cívicamente boa, não dispõe das condições necessárias para bem realizar a sua missão educativa; por isso lhe cumpre auxiliá-la (...) até a curar-se da fraqueza com que tantos pais afastam os filhos da nobre vida de soldado.»⁹

O rigoroso código disciplinar, as inspecções minuciosas, as formações, as marchas, os exercícios físicos rigidamente codificados, para-

das, «desportos orientados» e toda uma complexa teia e teoria de actividades de adestramento e disciplina, procuram moldar o espírito e o corpo dos jovens portugueses, desde muito novos. A disciplina produz, assim, corpos submissos e exercitados. Corpos tanto mais úteis quanto dóceis.

«...Não se trata de cuidar do corpo, em massa, por junto, como se ele fosse uma unidade indissociável, mas de o trabalhar no detalhe; de exercer sobre ele uma coerção surda, de assegurar influências ao nível mesmo da mecânica — movimentos, gestos, atitudes, presteza: poder infinitesimal sobre o corpo activo.»¹⁰

A instrução pré-militar estava então confiada à Mocidade Portuguesa. O regulamento que fundou a organização era perfeitamente claro:

«Os cadetes constituem a Milícia da Mocidade Portuguesa, superiormente comandada na actividade pré-militar por um oficial superior do Exército ou da Armada, designado pelo Presidente do Conselho...»¹¹

A milícia da Mocidade Portuguesa era assim o braço armado da organização salazarista e o seu comandante não era nomeado pelo Exército, ou Ministério da Educação, mas pelo próprio Presidente do Conselho. Sempre pronta a colaborar com a Legião Portuguesa, não será estranho ao rebenatar da guerra civil em Espanha, o interesse então manifestado por uma educação centrada nas virtudes militares e na criação de

«...condições de resistência física como as de resistência moral para poderem ser bons soldados, sempre que a Pátria precise de utilizá-los nesta nobre função.»¹²

Em 1942 são integrados nos centros escolares da Mocidade Portuguesa todas as associações escolares — cantinas, caixas escolares, caixas de excursões, etc. Tendo nascido em ligação com a reforma do aparelho escolar, os anos que se seguem são de integração completa da Mocidade Portuguesa no sistema escolar português.

No mesmo ano, outro decreto estabelece que a actividade de todos os organismos de educação da juventude ficariam submetidos à direcção e fiscalização do comissário nacional da Mocidade Portuguesa. Finalmente, em Agosto de 1942, a Educação Física e a actividade desportiva de toda a juventude, até à idade dos 21 anos, passaram a ser fiscalizados pela Mocidade Portuguesa. Nem as sociedades cívicas e de âmbito desportivo escapavam ao intervencionismo totalitário, tornando obrigatória a aprovação dos seus estatutos pelo Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa. Competia-lhe:

«...1.º Sancionar a designação dos dirigentes (...); 2.º Autorizar a abertura e o funcionamento de quaisquer centros; 3.º Aprovar todos os regulamentos; 5.º Destituir os dirigentes (...).»¹³

O mesmo decreto-lei avisava, ameaçador, que «...serão extintas, desde que não estimulem nos seus filiados o sentimento patriótico e o culto dos ideais do Estado Novo.»

Tudo levaria a crer que estavam criadas as condições necessárias para o controlo total das actividades físicas da juventude. No entanto, em 1944, o Director Interino dos Serviços de Educação Física e Desportos da Mocidade Portuguesa, considera que os resultados na formação física da juventude são mínimos. E aponta duas causas para um tal estado de coisas:

«...1. Falta de poderes para manter a ordem. Porque é preciso que V. Ex.^a saiba que, mercê da confusão estabelecida, os inimigos da situação (...) procuram por todos os meios entravar e dificultar o prosseguimento da obra que nos foi cometida e temos o dever de levar a bom termo (...) Mas a Mocidade Portuguesa só tem interferência nas actividades escolares dos sábados e, como não é este o método oficial, sucede por vezes que nos liceus os instrutores são obrigados a ministrar uma ginástica que se resume a exercícios de mobilização costal, a maior parte executados na posição deitado ou sentado, como se apenas os músculos que intervêm na função respiratória necessitassem de desenvolvimento e fosse possível transformar em homens fortes e activos as crianças a que se incute o gosto do repouso (...) Várias vezes tenho tentado que nos sejam dados os poderes de fiscalização necessários para que se ponham em execução, nos Liceus e Escolas particulares as directivas que nesta direcção se publicam (...) 2. Falta de meios: ...hoje muitos desses ginásios estão transformados em cinemas ou salas de sessões solenes, onde é proibido fazer ginástica, ou então conservam o seu primitivo aspecto, apenas modificado na aparência ruínosa dos aparelhos desconjuntados, nos vidros partidos, e nas teias de aranha...»¹⁴

Mas os problemas da Mocidade Portuguesa não se ficam por aqui. Com alguma frequência surgem conflitos entre instrutores da Mocidade Portuguesa e professores de Educação Física formados pelo INEF, adeptos do mesmo método de ginástica, mas que vêm com alguma preocupação a concentração de poderes naquela organização. A este propósito é significativo o incidente entre Augusto Moura Júnior, estagiário do INEF no Liceu do Faial, e o Ten. Alberto Marques Pereira, em torno da preparação de um esquema gímnico a apresentar no Primeiro de Dezembro.¹⁵ O primeiro insurge-se contra a proposta de ocupar os tempos lectivos com a preparação do esquema gímnico, que considera «complicado e anti-pedagógico.»

A capacidade de enquadramento e sedução da juventude por parte da Mocidade Portuguesa não era brilhante. Segundo um recenseamento obtido no fim do ano lectivo 1942-43 estavam filiados na Mocidade Portuguesa (Infantes, Vanguardistas e Cadetes) 95 520 rapazes, número este que correspondia a uma percentagem de 12,9 %.¹⁶

A esta incapacidade de arregimentação, que se agravará nos anos seguintes, tentará o Estado Novo responder com regulamentos mais rígidos, mas também com mais sedução. Reconhecendo no Desporto um centro de interesse da juventude, tomará medidas que permitam a sua

prática mais alargada. Uma das consequências destas medidas será a expansão do Desporto para além dos Centros especiais da Mocidade Portuguesa, onde tinha estado limitado até então.

2.3. O estatuto do corpo: corpo escondido, corpo tolerado, corpo reintegrado

Oscilando entre as medidas repressivas impostas por um controlo social vigilante e uma moralidade rígida infiltrada nos desejos e vontades mais íntimas da população, o Estado Novo assegura a correspondência entre a «conduta moral da Nação» e o pudor dos costumes.

A estratégia do Estado Novo para articular os dispositivos simbólicos e económicos de controlo social do corpo passa por três tempos que se cruzam nos seus efeitos: o tempo do corpo escondido, o tempo do corpo tolerado e o tempo do corpo reintegrado.

De uma forma geral, o *corpo escondido* relaciona-se com o puritanismo censório que proíbe debates públicos de temas sexuais, impõe regras rígidas sobre a maneira de trajar nas praias e em público¹⁷, limita drasticamente a coeducação e condena as demonstrações de hedonismo corporal. A nova moral opõe-se a tudo o que represente invenção e liberdade corporal. As actividades físicas espontâneas adoptadas por alguns sectores da Escola Nova são vistos com maus olhos. Ao nível da Educação Física, esta moralidade está presente, em particular, no apagamento do corpo feminino como forma de assegurar «...à espécie uma melhor hereditariedade física e psicológica.»¹⁸

A este respeito terá interesse conhecer algumas das normas impostas:

«...quando assim procedermos, cuidando do corpo, sem prejuízo do espírito, a Educação Física será humana, e contra ela nada terá a opôr a moral. O que a moral condena são as maneiras usadas para lhe dar execução, tais como por exemplo:

- a) fazer ginástica, jogar ou praticar desportos com fatos que ofendam a modéstia e o pudor, quer pela nudez a que expõem quer pela sua transparência, quer ainda, o que é frequente, quando tidos esses requisitos, o fato é demasiado apertado e molda excessivamente as formas do corpo; (...)
- b) ginástica em comum para os dois sexos;
- c) ginástica leccionada por professores do outro sexo;
- d) são ainda a registar, e merecem reprovação, os exercícios em que se associam movimentos ou atitudes licenciosas, ou ainda o ritmo com que possam ser executados.»¹⁹

Nesta linha vem aliás a condenação da ginástica rítmica,

«...pela concepção puramente estética que enforma à mesma ginástica, o que a arrasta a movimentos lascivos que amolecem a vontade e, como tal, diminuem a personalidade humana.»²⁰

Os festivais públicos femininos e bem assim as exibições ginásticas e as competições atléticas públicas

«...são reprovados pela moral cristã e não podem admitir-se num país como o nosso, em que a política do Estado Novo assenta sobre os seus preceitos e preconiza o regresso da mulher ao lar.»²¹

Demais, estas condenações parecem penetrar na mentalidade da época, a acreditar no que nos diz Paul Descamps:

«As recreações da classe operária são muito simples: encontros familiares, passeios; para alguns é a taberna ou os cigarros (...) Já não há bailes públicos nas cidades. O povo dança pouco em Lisboa...»²²

O tempo do corpo escondido processa-se num espaço de moralidade, onde o ginásio e o professor de Educação Física têm o seu papel.

Mas os métodos que possibilitam o controlo minucioso das operações corporais, durante o Estado Novo, não se podem basear num ascetismo de renúncia, que implicando obediência, não garante, no entanto, utilidade económica. O discurso anti-liberal de Salazar não representa qualquer pretensão atávica de regresso a modelos económicos pré-capitalistas, mas

«...constitui uma forma subalterna de uma modernização conservadora particularmente pacífica e dilatória através de uma revolução a partir da cúpula.»²³

Para progredir, o capitalismo português precisava de um certo tipo de homem, que integrando-se na civilização industrial não pusesse em causa os valores tradicionais. E esses valores tradicionais encontrou-os o Estado Novo na história e no «modus vivendi» do camponês. Para que o corpo pudesse ser reintegrado no circuito da utilidade económica teria que passar pelo crivo do corpo histórico: aquilo a que chamaremos o corpo-tolerado.

Corpo-tolerado porque só eram aceites os modelos corporais que se identificassem com as grandes figuras históricas. O romantismo e o naturalismo são espúrios, o liberalismo é considerado como raiz de todos os males físicos e morais. O revigoramento da raça é associado aos grandes feitos: a fundação da Nação, os Descobrimentos e a Restauração. Os grandes homens destas épocas eram tidos como figuras vigorosas e disciplinadas, enquanto o liberalismo e o republicanismo só trouxeram «ideias dissolventes». Leal de Oliveira, no primeiro boletim do INEF, num artigo intitulado «O papel dos exercícios na formação da nacionalidade e na vida do Império português»²⁴, depois de glorificar D. Afonso Henriques e a sua espada e o símbolo de excelência corporal

que outros «gloriosos» portugueses representavam, remata a sua prosa assim:

«Dos 'casquilhos' do século XVI passamos aos 'peraltas', 'sécias' e aos fadistas e Marialvas; os 'lunduns' e o 'choradinho' são um estímulo musical deprimente para a energia orgânica de parte da mocidade masculina, consumida de vícios, de álcool e de doenças venéreas (...) Manancial perene de energia, tem-nos sempre valido, principalmente nos períodos de maior crise do escol, o povo dos campos e da costa onde a fé cristã, o ar livre, os trabalhos agrícolas e da pesca, as cavalgadas e destrezas dos campinos, as romarias, lhes conserva uma alegria sã e ingénua e resistência física e moral sempre demonstradas pelos nossos soldados na Península, nas colónias e na Flandres.»²⁵

No campo literário é criticado o ultra-romantismo de

«...boémios e débeis cuja poesia melancólica e doentia foi altamente nefasta para a Educação Física e viril da nossa mocidade.»

E o liberalismo capitalista é culpado do

«...número de conscritos com falta de robustez que é devida, nas classes pobres, à alimentação insuficiente e à falta de higiene.»

Finalmente, também o excesso de alimentação, de comodidades e de mimo são vistos como um mau exemplo, produzindo nas «...famílias abastadas, vergôntes enfraquecidas que amanhã só pensarão no gôso fácil.»²⁶

Sociedade pobre e atrasada, dominada por uma visão religiosa, mas onde a mobilidade era uma realidade, provocada em especial pelo êxodo do campo para a cidade, tendia a instalar-se uma morbidez corporal que prenunciava o anarquismo social. A civilização industrial tinha de ser controlada. A bem da sobrevivência humana, acautelava-se uma representação tradicional e estática do corpo, simultaneamente adversa da preguiça e da orgia energéticas.

«E no entanto não será difícil observar entre nós a prática de processos rotineiros de trabalho, que em verdadeiras orgias energéticas exigem inúteis e depauperantes esforços com prejuízo de tudo e de todos.»²⁷

Estava assim aberto o tempo do *corpo reintegrado*. Os diversos organismos disciplinares, a escola, a Mocidade Portuguesa, a FNAT, tratam de incorporar o corpo biológico no corpo social, preparando-o para o seu investimento no mundo do trabalho. Por outro lado, no INEF tenta-se uma explicação positivista para o funcionamento do corpo. A inteligibilidade acompanha a utilidade, possibilitando a coexistência, nos mesmos espaços institucionais, de discursos aparentemente contraditórios.

3. O discurso dos saberes: do corpo fragmentado ao integralismo do corpo

3.1. As diversas apropriações do método de Ling: expressão da luta entre os diversos saberes sobre o corpo

Nos princípios do século XIX, Ling, cria na Suécia, no Instituto Central de Estocolmo, o seu sistema de ginástica, tentando conciliar os princípios pedagógicos de Pestalozzi com os conhecimentos anatómicos e fisiológicos da época. A Suécia, minada pelo alcoolismo, tinha uma imperiosa necessidade de homens com boa saúde, que fornecessem uma mão de obra útil à indústria que começava a desenvolver-se. Fundamentado num idealismo espiritualista, apoiado na filosofia de Schelling e de Platão, apresenta-se lógico e positivista nos meios empregues e nas justificações apresentadas:

«O que em Jahn era a procura da força física e da destreza e em Arnold a autodisciplina e o desenvolvimento orgânico é, no método de Ling, aquisição e conservação da saúde. Em Jahn prevalece a eficácia militarista, em Arnold um empirismo que se satisfaz com a simples prática dos desportos; Ling, pelo contrário, impõe a cada exercício uma justificação científica e uma execução rigorosa. No método sueco, a máxima é que nada seja feito ao acaso: todos os exercícios, todos os movimentos têm de estar previamente associados a uma necessidade que os justifica, têm de ser concebidos tecnicamente de modo a garantir que os efeitos pretendidos são correctamente alcançados e, por fim, têm de integrar-se num sistema harmónico, unificados por uma doutrina.»²⁸

Podemos considerar no método de Ling, que em Portugal dominou a Educação Física, três aspectos: a filosofia que o anima; a produção científica que o justifica; a construção dos exercícios e a técnica de execução (a lição). Ling tentou integrar estes elementos num todo harmónico. No entanto, o seu fundo idealista, ao tomar as ideias pela realidade cultural, abria-se a uma apropriação diversificada e deformadora do projecto inicial. A aplicação do método de Ling aparece com roupagens diferentes, de acordo com as características sociais onde se vai inserir, com as metafísicas dominantes e, ainda, com as identificações profissionais (e de saber) primárias, dos «técnicos» que a aplicarão.

Em 1932 era publicado o Regulamento de Educação Física dos liceus, no qual se fundamentava a doutrina adoptada em matéria de Educação Física:

«...o conceito de Ling 'o corpo é um instrumento vivo da alma' resume todo o espírito da educação física moderna, que nos trabalhos dos psicólogos destes últimos vinte anos vêm encontrar os limites necessários, limites estes científicos e experimentais, que já no conceito de formação eram contidos (...) Na Educação Física, a medida é condição das mais importantes. Até aqui tem-se olhado apenas aos movimentos, lado sintético da aplicação, e tem-se desprezado o movimento regrado da formação.»

«Temos de enveredar por um caminho melhor, começando pelo princípio, que outra coisa não é senão uma boa, sábia e exacta educação da respiração. É esta que está na base evolutiva do ser...»²⁹.

Este regulamento encontrava-se na linha do método do Dr. Weiss de Oliveira que, pretendendo regressar às origens do método de Ling, propunha a doutrina católica como pressuposto das bases anatomo-fisiológicas da Educação Física:

«É portanto anti-cristão todo o sistema de Educação Física que desconheça as bases anatómico-fisiológicas e educativas que estudamos:

- a) porque não sendo anatómico-fisiológicas e educativas as bases dum sistema, esse sistema é atentatório da vida, diminuindo-a e consequentemente, contrário ao fim a que Deus nos destina: viver;
- b) porque, fazendo o movimento pelo movimento e não o ordenando para o fim integral da perfeição humana, a vida é igualmente diminuída, e isso é atentatório da ordem que estabeleceu na criação.»³⁰

Criticando os continuadores de Ling que tendiam à introdução dos desportos, elabora alguns princípios fundamentais da Educação Física. Recordemos alguns:

«...5.º A atenção e a respiração estão na razão inversa. 6.º Educando a respiração combate-se num certo sentido a inclinação para o mal que para o físico veio consequência do pecado original... 9.º Toda a ginástica que não é respiratória e, sobretudo expiratória, é homicida... 11.º Toda a ginástica que não localize o movimento não é educativa. 12.º A Educação Física deve procurar harmónica e integralmente realizar o homem dentro do plano divino da criação...»³¹

Baseando-se fundamentalmente na ginástica médica de Ling e numa ideologia, filosófica e religiosa, é nesta última que se encontra o centro de gravidade da chamada «Técnica portuguesa de ginástica». A Igreja, através da «Acção Católica», torna-se propagandista do método. Esta corrente está penetrada de ideologia, quando justifica as situações sociais em que a Educação Física se integra e impregnada de mitologia. Quando todas as coisas são vistas em Deus e com ele são relacionadas, podem ler-se nas coisas vulgares significações de ordem superior. Aí reside o fundo psicológico de onde provém o simbolismo. A atitude simbolista é posta em evidência, a relação não é de causa-efeito mas sim de significado-finalidade. O conhecimento científico e técnico que se desenvolviam em grande escala, noutros países, estão em perda de velocidade sendo submetidos ao conhecimento filosófico.

Esta corrente, conhecida pela «ginástica de fole», influenciou decisivamente o regulamento de Educação Física dos liceus de 1932, onde são

condenados os jogos de corrida, os desportos e o atletismo. E isto porque a

«...mania desportiva constitui uma das causas mais importantes do definhamento do nosso povo (...) a grande inferioridade física verificada provém deste abuso de um ludismo desenfreado.»³²

Por isso, no capítulo dedicado aos jogos o programa é definitivo:

«...visto serem a antítese de toda a educação, o programa proíbe-os consequente e formalmente.»

Mas esta ginástica não serve aos militares:

«O peso das armas, o transporte de cargas, as mais variadas e que, muitas vezes se faz a braço de homem, a rápida montagem das armas, ou a instalação de instrumentos vários, a fortificação passageira, a instalação de serviços, os mais variados, constituem factores constantes e inúmeros a exigirem uma boa preparação física por parte do soldado. Assim e por todas estas razões se patenteia a vantagem e mesmo a necessidade que a prática desportiva oferece.»³³

Desencadeia-se então uma forte oposição à corrente oficial de Educação Física cuja influência é mesmo responsável, em 1930, pela recusa das autoridades em promulgarem um decreto que criava a Escola de Educação Física do Exército. Escola que só viria a ser criada em 1933 a partir da Escola de Esgrima do Exército.

A partir de 1933 o Exército vê a sua influência «técnica» acrescida. Primeiro que tudo devido à situação internacional — o clima agressivo criado na Europa pelo ascenso ao poder do nacional-socialismo e dos fascismos. Por outro lado, devido à projecção dos métodos de organização, disciplina e gestão militares sobre a organização do trabalho. Finalmente, porque tendo desenvolvido no espaço disciplinar dos quartéis uma prática racional e continuada de utilização das forças corporais, um conjunto de oficiais do Exército mantiveram contactos internacionais com instituições especializadas em Educação Física, garantindo a actualização da informação científica. Foi o caso do Dr. Leal de Oliveira e Celestino Marques Pereira, alcançando o primeiro, em Gand (1929), o doutoramento em Educação Física.

O programa de ginástica proposto pela corrente médico-pedagógica, acantonada no curso Normal de Educação Física (1921-40), mereceria a seguinte observação do Dr. Leal de Oliveira:

«...uma fantástica ginástica de bonzos curandeiros, uma ginástica parada antifisiológica, que é própria dos povos que anseiam pela quietação, pelo repouso absoluto, pelo Nirvana, e por isso pararam na sua evolução e se escravizaram.»³⁴

Mais tarde, antes mesmo da criação da Escola Superior de Educação Física da Sociedade de Geografia de Lisboa, que inspirando-se na actividade do Instituto Central de Estocolmo, haveria de formar agentes de ensino na perspectiva da corrente militar, o Dr. Leal de Oliveira escreveria:

«A Educação Física não pode estar nas mãos de teóricos de formação essencialmente sedentária, cuja preparação foi dirigida num sentido determinado, diferente da função educativa, com uma psicologia especial derivada do meio com que estão em contacto; ela deve estar nas mãos de indivíduos preparados especialmente para a missão de educadores, homens de acção e de fé, optimistas e praticantes entusiastas dos exercícios físicos, cuja função é estimular racionalmente as faculdades e actividades das gerações escolares, canalizando-as num sentido nitidamente higiénico, moral e social.»³⁵

Ancorados nestes pressupostos e na influência sueca e belga, é retomada a importância da lição de ginástica, alargando-a ao conjunto dos segmentos corporais, privilegiando o efeito parcial, analítico, e acreditando nas repercussões globais que os conhecimentos anatómicos do professor garantiriam.

Esta diferente apropriação do método de Ling, feita pelos militares e a que se associariam alguns médicos e pedagogos, não representa uma ruptura fundamental com as suas concepções filosóficas e religiosas, mas uma descentração do saber técnico e científico relativamente àquelas. A ênfase deixa de estar na metafísica e passa a estar na «prática». Existe uma maior abertura aos jogos e desportos, em particular aos de origem militar. Postula-se a necessidade de uma Educação Física mais alargada e a criação de um estatuto do professor de Educação Física. É dada maior atenção à construção dos exercícios e à sua execução. Em resumo, aquilo que era quietude no método do fole, é intensidade no método avançado pelos militares; o que é o sentido preventivo nos médicos, é sentido «curativo» nos militares; o que é dogmatismo espiritual no «método português», é utilitarismo na corrente que influenciará decisivamente a formação do INEF em 1940.

A partir de 1936 esta corrente terá o apoio declarado do Estado Novo. O então Ministro da Educação Nacional, Carneiro Pacheco, entrega a direcção da Educação Física da Mocidade Portuguesa ao Dr. Leal de Oliveira (Major) e ao Tenente Celestino M. Pereira. No entanto, o desejo dos militares em dominarem também a formação de professores — quando propõem a transformação da Escola de Educação Física do Exército numa escola destinada a formar professores de Educação Física para a actividade civil, sob a direcção do Ministério da Guerra — terá que esperar mais quatro anos e, mesmo assim, com algumas limitações, já que o INEF terá um civil (médico) como director e ficará sob a direcção do MEN. Esta recusa do Estado Novo em atribuir

aos militares, de forma aberta, a responsabilidade de formar professores de Educação Física, terá, certamente, na opinião dos professores em exercício a sua raiz. Na verdade, o que dominava nas escolas era a ginástica respiratória, dirigida por médicos e, já em 1930, no IV Congresso Pedagógico do Ensino Secundário, era aprovado um voto favorável à criação de uma Escola de Educação Física *em vez* da anunciada escola militar³⁶.

Esta inflexão mais pragmática da Educação Física não é estranha à reforma de 1936 do sistema escolar português. Como nos diz Luiza Cortesão

«...ela representa a realização, entre outros, de um objectivo há muito enunciado: 'Livrar a escola do enciclopedismo', o que significa, na realidade, diminuir a promoção que, se esperava, podia ser feita através da escola, destituindo-a de qualquer actividade que fosse para além do mero 'ler, escrever e contar...'³⁷

E exemplificando o espírito da época cita o decreto-lei 27 279 de 24 de Novembro de 1936:

«...O ensino primário elementar trairia a sua missão se continuasse a sobrepor um estéril enciclopedismo racionalista, fatal para a saúde moral e física da criança, ao ideal prático e cristão de ensinar bem a ler, escrever e contar e a exercer as virtudes morais e um vivo amor a Portugal.»

Era a época do «conhecimento mínimo indispensável» e da formação de costumes máxima. E na formação de costumes o corpo integra o que a mente desconhece.

«A cadência e o esforço das marchas em comum, os exercícios físicos (...) certas práticas que se inspiram na disciplina e na acção militares, úteis para a defesa nacional — tudo isto não só é compatível com a cultura física escolar que não se reduza a meras abstracções, mas até a valoriza e completa...»³⁸

Desta forma, a Educação Física abstracta e conservadora, terá que aceitar, para ser útil, a direcção do saber dos militares. Saber metodológico entenda-se, já que o saber científico (anatomia, fisiologia e biotipologia) continuará a ser reconhecido aos médicos. E o estado, como primeiro gestor do saber, funciona como placa giratória, como intermediário e mediador da sua produção e difusão. Os futuros professores de Educação Física integrarão este discurso e, mais tarde, quando vierem a reivindicar o reconhecimento do seu estatuto, é às normas do próprio Estado Novo que irão buscar a argumentação. Paradoxalmente, essa sua grande força, transforma-se na sua maior fraqueza: na verdade, a valorização do papel dos «condutores da juventude»³⁹ era visto como uma função imprescindível, mas auxiliar.⁴⁰

3.2. *A biologia como suporte teórico da Educação Física.* *A pedagogia como meio de gestão das energias*

Se fizermos uma revisão dos artigos do domínio biológico publicados pelo Boletim do INEF de 1940 a 1945, facilmente verificamos a existência de dois temas centrais: a biotipologia e o doseamento do esforço. O primeiro, desmontando em parcelas o corpo humano, num aparente desprendimento quantitativo, parte da crença nas possibilidades de aperfeiçoamento do homem, enquanto espécie animal, e da hereditariedade dos caracteres adquiridos. O segundo, tenta classificar os exercícios em função do trabalho dispendido, fazendo intervir a fisiologia na elaboração e codificação das determinações programáticas (lição-tipo).

Considerava-se então que as gerações vindouras reproduziriam as qualidades adquiridas, transmitindo os caracteres da raça:

«As últimas estatísticas feitas na América mostraram que se elevou, nos últimos dez anos, a altura média do americano nas diferentes idades, (...) essa maior estatura adquirida por influências higiênicas se transmite hereditariamente, como a falta de vigor e a diminuição de estatura por deficiências higiênicas se transmitem aos descendentes.»⁴¹

Afirmações como esta revelam uma ideologia que se dá as aparências de ciência. Uma leitura atenta dos dados de uma série de estudos antropométricos mostra que a imagem de degradação física, que supostamente traduzem, constitui, em grande medida, uma interpretação parcial.⁴² Por outro lado, o exercício físico e a higiene são tidos como exercendo uma influência evidente sobre a dinâmica do crescimento em altura, perímetro torácico, peso, etc. Chega-se ao ponto de «demonstrar» que num regimento do exército, indivíduos com mais de 21 anos, depois de sujeitos a um programa de ginástica militar, teriam crescido em altura!

Estas afirmações usam a referência científica. Darwinismo ou lamarismo, de forma alternada ou compósita fazem de indicadores de uma verdade insofismável.

A afirmação degenerativa da raça portuguesa é uma obsessão temática onde a pedagogia vai despejar uma série de normas, muitas delas implícitas. O conhecimento retido pelo aluno era considerado muito menos importante que o efeito disciplinador de aprendê-lo. Sob o nome de saúde escolar, compreendia-se a higiene dos espaços, a higiene física e a higiene moral. A sociedade portuguesa, pobre, «...em que a fome e a doença produziam um dos mais elevados índices de mortalidade da Europa.»⁴³ era, para a ideologia oficial, vítima dos defeitos morais.

«De acordo com a sua ortodoxia ideológica, o pauperismo não tinha causas económicas, mas morais; não constituía um estado de carência, mas um vício.»⁴⁴

Tratava-se, portanto, de combater, por meios didáticos, os defeitos morais e os seus reflexos no corpo.

Foi com estas inquietações biológicas e morais que os pedagogos da Educação Física acumulavam provas, reivindicando a urgência de uma utilização mais racional e produtiva do corpo dos homens. Trate-se de performances físicas ou da saúde do corpo, as preocupações corporais não devem tornar-se inflacionárias e perder de vista a sua função no destino geral do homem.

«A escola e a Mocidade Portuguesa, na missão de prepararem cidadãos para a vida combaterão por igual, por contrárias às leis da natureza, às exigências da formação e do interesse nacional a tendência empírica para o movimento desordenado, para o esforço sem método e para o inútil esgotamento de energias, e a tendência para uma ginástica meramente apolínea, contemplativa e burocrática, que levará a saúde física ao indivíduo mas pode transformar-se em culto do corpo, ideia pagã...»⁴⁵

Esta atitude de moderação na atenção a dar ao corpo é partilhada por numerosos moralistas, mas tem uma vertente científica, no discurso dos eruditos da Educação Física, que lhe é dada pela *lei do esforço útil*. O corpo é então valorizado, na medida em que os cuidados que lhe sejam prestados e o treino que lhe seja ministrado, permitam fazer dele um instrumento eficaz. Moral e Ciência, Teologia e Biologia unem-se numa comunidade epistemológica em que a razão é uma mística e o corpo símbolo dessa mística.

A lição-tipo de ginástica fundava a aprendizagem na simplicidade dos seus elementos e na possibilidade de aplicar os elementos aprendidos nos jogos e actividades desportivas. A Ginástica era considerada base de tudo. Os exercícios ginásticos são compostos por quatro ordens de movimentos: atitudes, educação da respiração, educação dos vários segmentos do corpo e exercícios de pório. Uma vez adquiridos estes automatismos, o indivíduo estaria pronto para os jogos e desportos. O principal fim da educação seria, independentemente do conteúdo, formar, ou melhor: dar forma. As bases pedagógicas fazem apelo ao «esforço», «vontade», «atenção», «disciplina», sem nunca referirem a tomada de consciência perceptiva. Em conjunto, estas ideias remetem-nos para a teoria da disciplina formal. Teoria essa que sempre tem renascido, nas mais diversas formas, na história da Educação Física.

Para os pedagogos salazaristas a criança nascia marcada pelo pecado original. A mente, substância imaterial, mantinha-se errada e inadequada enquanto não fosse controlada por um processo de disciplina mental. Por outro lado, sendo o homem uma substância constituída pela união da forma e da matéria, não é o corpo o cárcere da alma, mas sim a alma a prisão do corpo. A alma é forma e o corpo matéria.

Para a disciplina formal, baseando-se numa psicologia das faculdades, pedagogicamente essencialista, o papel do professor é encontrar os tipos de exercícios que irão treinar as várias faculdades mais eficien-

temente. A ênfase não é colocada na aquisição de conhecimento, mas no fortalecimento de faculdades. É por isso que as actividades físicas e desportivas da cultura física são entendidas como meios, como actividades de «aplicação».

As características do professor de Educação Física, a formar, apresentam-se, neste período, marcadas por uma contradição irresolúvel: tendo absoluta necessidade de promover uma consciência corporal de acordo com a sua concepção de homem, o Estado Novo precisa de formar «mestres de educação geral» (moral, física e intelectual); não tendo, no entanto, uma perspectiva de desenvolvimento, mas sim de controlo, sem objectivos e prioridades definidas, o discurso científico e teórico vê-se submergido por um discurso metodológico, subordinado a técnicas disciplinares pré-estabelecidas, onde o professor aparece como um «vigilante».

Formador geral ou vigilante, eis a contradição em que se encontram os professores de Educação Física nos anos 40. O desprezo pelos problemas da Educação Física, assim como a subordinação da ciência aos interesses do poder, tendem a acentuar a perspectiva de vigilante. Os professores de Educação Física tentarão, através da primeira perspectiva, reivindicar um estatuto idêntico ao dos outros professores, que até aí lhes tinha sido recusado. Entra-se num tempo que veria nascer uma nova ideologia profissional.

3.3. Uma nova ideologia profissional: do monitor ao professor de Educação Física

A forma assumida por um sistema de formação de professores deriva de um polimorfismo de influências do corpo social, tais sejam as concepções de vida e de cultura, da pedagogia e da própria Educação Física.

Até 1940, a formação de professores está marcada por várias tentativas dispersas que não obedecem a qualquer plano coerente de desenvolvimento da Educação Física.

Tentando sintetizar, podemos caracterizar a Educação Física e a formação de agentes de ensino, até 1940, da seguinte forma:

1. *Heterogeneidade de formação*: os agentes de ensino eram formados pela Escola de Mafra; Escola Superior de Educação Física do Exército; Escolas de Educação Física do Liceu Normal de Pedro Nunes; Escola Superior de Educação Física da Sociedade de Geografia; Escola Militar de Joinville-le-Pont; Instituto Militar de Bruxelas; curso da Universidade de Grand; cursos da Direcção Geral de Saúde Escolar. As mais diversas formações e currícula eram ministrados nestes cursos. A sua duração era diferente, bem

como os «métodos» utilizados. Todos eles eram, no entanto, idênticos no seu respeito pelo saber médico, em cujo grupo era feito algum do recrutamento dos alunos. Por outro lado, a influência militar é nítida na maioria dos cursos.

2. *Desvalorização escolar da Educação Física*: apresenta um horário inferior às outras disciplinas; a maioria dos liceus da província não tem Educação Física; a sua frequência não é obrigatória; as instalações são exíguas ou inexistentes e encontram-se em mau estado; o número de vagas para professores de Educação Física são reduzidas.⁴⁶
3. *Ausência de um corpo de conhecimentos e de técnicas específicas*: a Educação Física limita-se a objectivos higienicistas, preventivos e correctivos, utilizando como meio preferencial a ginástica respiratória. Os militares adoptam um sistema mais evoluído, de acordo com uma perspectiva utilitária. Em grande medida, o corpo de conhecimentos é atribuído à medicina e o método disciplinar de comando aos militares.
4. *O ensino não constitui a ocupação única e, muitas vezes, nem sequer a principal, dos professores de ginástica*: ora porque são médicos, com 2 anos de especialização pedagógica na Escola Normal Superior de Lisboa, que acumulam com as funções de médico escolar, ora porque são monitores, em geral ligados ao Exército. A intervenção de Lobão de Carvalho em 1929 no III Congresso Pedagógico do Ensino Secundário é a este respeito elucidativa:

«...Particularmente no ensino secundário, o médico pode e deve ser, simultânea ou alternadamente como em disciplinas do mesmo grupo e tanto quanto materialmente lhe permitem os tempos de serviço lectivo, que lhe forem equitativamente distribuídos, médico escolar, professor de Educação Física e professor de higiene, desde que lhe dêem o pessoal auxiliar indispensável: como médico escolar os enfermeiros, como professor de Educação Física os monitores.»⁴⁷

E mais adiante propunha:

«Quanto aos lugares de monitores haveria provisoriamente que fazer preencher as vagas a criar por segundos sargentos do exército com o curso de Educação Física, que em comissão de serviço e sob a direcção e assistência efectiva dos respectivos professores médicos...»⁴⁸

5. *Estatuto social e económico inferior aos outros professores*.
6. *Ausência de espírito de corpo*: em virtude, talvez, da heterogeneidade de procedências e de formações, até 1940, apenas se detectam reclamações individuais relativamente à situação da Educação Física e dos seus profissionais.
7. *Separação evidente entre a formação teórica e a prática pedagógica*: de acordo com o decreto de 16-10-1930, que ao extinguir as Escolas Normais Superiores instaura «o princípio fundamental (que) é o

da divisão entre a cultura pedagógica e a prática pedagógica, confiando-se cada uma a quem de direito deve pertencer — aquela às Universidades, esta a escolas do grau a que o futuro professor se destina.»

Esta estrutura que culminava num estágio pedagógico, seguido de um complicado exame de Estado,

«...estava organizada de tal modo que o professor não tinha grandes hipóteses de criar e desenvolver uma identidade própria, durante o seu período de formação.»⁴⁹

Não de certo por este motivo, mas devido à ineficácia do Governo em formar professores de Educação Física, ainda em 1930 é fundada a Escola Superior de Educação Física da Sociedade de Geografia de Lisboa, que seguia um plano de estudos idêntico ao do Instituto Central de Estocolmo. Do 2.º ao 4.º ano estavam previstas cadeiras de «prática do ensino».

Como resultado de tudo isto, as competências do professor-animador de Educação Física são bastante reduzidas, a sua preparação teórica e pedagógica é precária, o seu espaço de intervenção limita-se ao ginásio e o seu estatuto é baixo. Existe uma grande confusão e sincretismo entre os conceitos de higiene, Educação Física e Medicina Escolar.

A partir de meados dos anos 30 e, em especial, com a fundação do INEF, algo muda. Mas também alguma coisa se mantém. Mantém-se, no essencial, uma prática higienicista e normas de cariz militarista, que dão continuidade à servidão higiénica e militar da Educação Física.

Em relação à primeira, entre muitos exemplos, destacaremos este:

«O carácter científico da Educação Física moderna, o cunho essencialmente formativo dos seus meios não permitem o seu ensino e prática sem a necessária fiscalização médica...»⁵⁰ «E neste campo, compete indiscutivelmente à Medicina tomar a direcção higiénica e científica da Educação Física, em colaboração com os pedagogos e professores especializados, que aquela tem o dever de orientar.»⁵¹

Em relação à servidão militar ela está bem patente em afirmações como esta:

«A sistematização e regulamentação dos exercícios físicos provém da necessidade de orientar uma actividade dinâmica muito complexa e de forte tonalidade afectiva e que só pode ser ordenada na sua forma colectiva — única possível quando está suficientemente generalizada — por uma direcção que apresenta a forma de comando. Ora uma tal direcção de grupos de indivíduos que se exercitam em movimentos corporais exige muitas das qualidades indispensáveis aos oficiais do Exército e da Armada, organismos estes a que se deve, em todos os países o maior impulso à Educação Física, por a sua responsabilidade ser máxima nos momentos de perigo externo para o país em que são completamente mobilizadas as energias humanas...»⁵²

Vimos o que não mudou. O que mudou então?

1. Passou a haver uniformidade na profissão, através da *unificação* do recrutamento, certificação e modelo de formação único (INEF). E aqui unificação quer também dizer centralização através de um controlo rigoroso da entrada (recrutamento) e saída (estágio).
2. *Sistematização* dos conhecimentos, tentando integrar as diversas componentes de formação (científica, pedagógica e pedagógico-didáctica) nos 3 anos do curso. E dizemos «tentando», porque não se tratava verdadeiramente de um modelo integrado, já que as diversas componentes do curso funcionavam como entidades justapostas, provenientes de saberes estanques que prezavam muito a sua autonomia.
3. «Surgem professores cuja *única missão e profissão* é o magistério da Educação Física.»⁵³ Até aí o cargo «...era para aqueles elementos (em geral médicos ou oficiais do exército) uma profissão acessória, como não podia deixar de ser.»
4. Desenvolvimento de um *espírito de corpo* profissional de que são exemplos significativos o conjunto de exposições e audiências que «...ao constatarem a triste situação económico-social da profissão e, conseqüentemente, a ingloria recompensa alcançada pela conquista de um diploma de ensino superior.»⁵⁴, defendem a criação de um estatuto para o professor de Educação Física que passava por:

- impedir o ensino, na escola e nos clubes, ministrados por indivíduos que fundamentavam a sua competência numa «vocação natural e espontânea»;
- «número de horas (de trabalho) compatível com a vida de diplomados.»⁵⁵;
- «nivelar e equiparar sob todos os aspectos os agentes de ensino de Educação Física com os das diferentes disciplinas de formação intelectual e moral do ensino secundário.»⁵⁶
- valorizar a Educação Física nas escolas através da valorização do professor «porque a situação de inferioridade legal implica uma inferioridade de facto, para o ensino da Educação Física.»⁵⁷ O desnível de ordenados em Março de 1945 chegava a atingir a importância de 1200\$00 (2640\$00 para 1440\$00)!

A necessidade que o Estado Novo tem de culminar todo o edifício de aparelhos ideológicos de controlo e gestão do corpo, com uma escola de formação de professores, não resulta apenas na tutela da Educação Física. Ao mesmo tempo e de forma paradoxal vai dar-se início a um processo — incipiente até ao fim da década de 50 — de formação da ideologia profissional dos professores de Educação Física.

Na verdade, o processo de afirmação profissional, como em todas as ideologias profissionais, encontra a sua justificação na identificação de uma necessidade presumivelmente sentida pelos indivíduos, estendendo-a de seguida a toda a sociedade, fazendo, desta forma, apelo aos serviços correspondentes. Como já vimos, os professores de Educação Física foram acumulando provas da sua imprescindibilidade.

Com a publicação do Decreto Lei n.º 32 241 em 1942 já tinham surgido esperanças numa melhoria do estatuto dos professores de Educação Física. O capitão Quintino da Costa escreve no Boletim do INEF:

«Por agora uma certeza se nos apresenta: os diplomados pelo INEF passarão a usufruir as regalias inerentes ao facto de serem os únicos professores de Educação Física com habilitações legais (...) É de esperar que muito em breve melhore a situação económica dos professores de Educação Física nos liceus, hoje muito inferior ao restante professorado.»⁵⁸

Estas esperanças não se vieram a concretizar.

As contrapartidas sociais dadas à função docente funcionam aqui como o «analisador» mais seguro da importância realmente dada à Educação Física.

4. Conclusão

Tentámos fazer uma leitura das atitudes mentais que condicionaram a fisionomia da Educação Física através da análise do discurso filosófico e político-ideológico do Estado Novo. Não pudémos portanto detectar as eventuais resistências. Mas pudémos surpreender dois movimentos aparentemente contraditórios: por um lado, um ataque feroz ao positivismo e ao cartesianismo, embrulhado numa filosofia aristotelo-tomista, que apagava o movimento dos que perseguiram justificações científicas; por outro lado, o recurso às ciências biológicas como forma de acudir aos receios bem fundados de degenerescência dos corpos. Estes movimentos fundem-se numa comunhão filosófico-médica e ideológica, de onde ressalta o projecto de regeneração da raça e da Pátria.

Neste quadro, feito ao mesmo tempo de puritanismo, onde o modelo de corpo é o masculino, e de investimento corporal, onde o exemplo militar e do homem do campo são valorizados, surgem um conjunto de instituições que visam o controlo do corpo. Essas organizações, de que destacámos a Mocidade Portuguesa, garantem as funções de incitação, reforço, vigilância, organização e reintegração das forças que submetem. A Mocidade Portuguesa, ao concentrar a orientação da formação física juvenil, não deixa lugar a dúvidas quanto à sua penetração no aparelho ideológico escolar e quanto à pedagogia de contenção adoptada.

O modelo de tipo horizontal utilizado pelo Estado Novo, para concentrar o poder sobre o corpo dos portugueses, é bem a expressão de

uma perspectiva disciplinar, que visa multiplicar as fontes de controlo e estar presente em todo o lado. Mas é também revelador de um pragmatismo que pretende seduzir, legitimando um poder social através do «apagamento» dos privilégios corporais. A Mocidade Portuguesa dirige-se a toda a juventude mesmo a não escolarizada. Uma espécie de corporativismo corporal.

E se a estrutura social funcionava, por um lado, através de um certo consenso passivo; por outro lado, a hierarquia social e corporal «natural» não bastavam, em particular nos grandes centros, para apaziguar os investimentos imorais do corpo. Impunha-se, portanto, uma vigilância individualizada, que permitisse, ao mesmo tempo, a concentração e a transmissão de habitus normalizadores. O ensino secundário, com todos os seus limites como meio de formação das consciências, frequentado por uma pequena parcela da juventude portuguesa e por um período de tempo limitado, não era tida como a principal agência orientadora da Educação Física.

A Educação Física oscila entre uma concepção «enciclopédica» de formação (moral, carácter, manutenção da saúde, intelectual), quando é integrada na escola; e uma perspectiva mais utilitária, de cariz económico e militar, quando vista fora da escola. Esta oscilação expressa as diferentes relações saber-poder que atravessam a Educação Física e as diferentes identificações profissionais primárias dos orientadores da Educação Física.

As apropriações do método de Ling deixam revelar esta luta entre diversos saberes. No entanto, pudémos concluir que a diferente utilização do método de Ling pelos militares, não constituiu qualquer ruptura fundamental com as concepções filosóficas, mas uma descen- tração do saber técnico e científico relativamente àquelas, imposto por razões de ordem utilitária. Na verdade, a «ginástica de fole», espiri- tualista e abstracta, não servia as ambições de uma Educação Física generalizada e disciplinada que respondesse às necessidades económicas da sociedade.

Não tem qualquer sentido estudar a prática pedagógica, ao nível da Educação Física, independentemente dos fenómenos de poder. Tentou- -se mostrar que a inculcação ideológica não passa apenas pela verbali- zação, mas também pelas práticas. Grande parte da estratégia peda- gógica utilizada ao nível da Educação Física reside precisamente no facto de extorquir o essencial sob a aparência de exigir o insignificante. A própria relação pedagógica, autoritária e distante, era tida como a «única» possível. Ela vertia directamente das imposições de «correção e controlo dos resultados» do método de Ling. Comprovava-se que a forma do ensino importa mais do que o seu conteúdo explícito.

A análise segmentada do corpo, impondo uma dissecação de cada gesto, resulta num processo de disciplina do corpo, que se pretende ver aplicado «em todos os aspectos da vida». O esforço é valorizado com

comedimento de costumes e o desporto é tido como «elemento moderador e regulador» da sexualidade post-pubertária. Visa-se a ordenação do tempo livre, impedindo o desperdício de energias.

Enfim, propõe-se que a Educação Física acentue as noções de pudor transmitidas por outros meios. Nessa medida, a Educação Física favorece a autoridade do saber do professor, impondo-o pelos métodos.

Se bem que tenhamos colocado o acento na influência sobre a Educação Física do saber médico e militar, interessa esclarecer que o aparecimento das «posições e movimentos elementares» da ginástica Ling, reuniu tanto os militares e os médicos como os pedagogos. E isto por três ordens de razão: em primeiro lugar, porque o sistema de Ling traz uma certa paz e comodidade às instituições escolares — ao contrário dos jogos e dos passeios, outrora utilizados com fins higiénicos, que exigem tempos e espaços mais amplos, a ginástica de Ling permite agrupar num espaço e num tempo reduzidos um grande número de crianças e de jovens. Podemos chamar a esta razão, uma razão de *gestão pedagógica*. Em segundo lugar, porque se acreditava na possibilidade de transferir a «atenção», «vontade» e «disciplina» exercidas na Educação Física, através da vigilância facilmente exercida pelo professor sobre as formações gímnicas, para as outras disciplinas. Trata-se de uma razão de *disciplina pedagógica*. Finalmente, porque se fazia uma associação entre os benefícios físicos da Educação Física e o rendimento intelectual, facilitada pela posição filosófica dominante. Trata-se então de uma razão de *compensação pedagógica*. Esta associação está bem sublinhada em textos de estagiários do INEF que forneciam muitas vezes um retrato impressionista das escolas de então.

Gestão, disciplina e compensação eram as vertentes pedagógicas da Educação Física nas escolas que justificavam a sua existência. Existência valorizada. Mas, cúmulo do paradoxo, raiz também da sua subalternização: nenhuma destas vertentes justificava a importância específica da Educação Física. Esta era um não-saber. E daí a permeabilidade à tutela higiénica e militar. Tutela que continuará a impedir a criação de um novo estatuto económico e social para os professores de Educação Física, idêntico ao dos professores das outras disciplinas.

Mas a fundação do INEF, somando-se à descentração do saber técnico e prático relativamente à metafísica espiritualista, vai ter também como resultado, o início de uma nova tomada de consciência profissional. Essa consciência será o prenúncio de uma verdadeira ruptura profissional e institucional que permitirá o nascimento de novas perspectivas teóricas. Perspectivas essas que poderão, finalmente, proporcionar a ruptura com o modelo de «agente do poder» que dominou durante muito tempo o professor de Educação Física.

Teorias científicas válidas podem integrar-se em conjuntos ideológicos. A ideia de que esta ou aquela teoria deve ser considerada falsa porque faz parte de um determinado contexto ideológico, constitui ela

mesma uma intromissão da ideologia no domínio da análise científica. A escolha ideológica não garante a validade das teorias seleccionadas, mas também não confirma à priori o seu carácter erróneo. Não há pois senão um caminho para separar a «boa» e a «má» teoria: enquadrá-las no seu historicismo, fazendo uma comparação entre as aquisições científicas de uma determinada época e a utilização pedagógica e didáctica que é feita pelos poderes normativos.

Notas bibliográficas

¹ JOAQUIM, António, «Todos fomos de mais: introdução a ensaios sobre a topologia qualitativa do Salazarismo», in *Análise Social*, vol. xv (59), 1979 (p. 679).

² PEREIRA, Celestino B. M., *Problemas da Mocidade Portuguesa*, Tipografia Angrense, 1941 (pp. 18-19).

³ LEAL, S., *Introdução à Educação Física*, Liv. Horizonte, 1981 (p. 90).

⁴ «Regulamento de Educação Física dos Liceus», publicado no *Boletim Oficial do Ministério da Instrução Pública*, ano III, fascículo II, 1933.

⁵ Op. cit.

⁶ PACHECO, Carneiro, in *Boletim do INEF*, n.º 1, ano I, Agosto de 1940 (p. 49).

⁷ RAMOS, Gustavo C., in «*Liceus de Portugal*», *Boletim de acção educativa do ensino liceal*, Lisboa, n.º 2, Junho 1940.

⁸ PACHECO, Carneiro, cit. por Lopes Arriaga in *Mocidade Portuguesa: breve história de uma organização Salazarista*, (pp. 131-132).

⁹ PACHECO, Carneiro, op. cit. (p. 134).

¹⁰ FOUCAULT, M., *Surveiller et punir*, Gallimard, Paris, 1974 (pp. 138-139).

¹¹ Decreto-lei n.º 27 301 (4-12-1936).

¹² VILAR, Maj. Frederico, int. em reunião de dirigentes da Mocidade Portuguesa, 1937.

¹³ Decreto-lei n.º 31 908 de 9-3-1942.

¹⁴ ANDRADA, Cap. C. de Campos, in *Boletim da Mocidade Portuguesa*, n.º 1, 1944, vol. IV (pp. 12-13).

¹⁵ JÚNIOR, A. Moura, *Relatório de Estágio Pedagógico*, n.º 11, 1941-42.

¹⁶ ADÃO, Luís de M., *Boletim do INEF*, n.º 4, 1943 (p. 377).

¹⁷ MÓNICA, M. F., *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Ed. Presença, Lisboa, 1978 (pp. 78-79).

¹⁸ VAN ZELLER, M. L., *Boletim do INEF*, n.º 1, 2 e 3, 1941 (p. 40-41).

¹⁹ Idem, (p. 41).

²⁰ Idem, (p. 42)

²¹ Idem, (p. 42)

²² DESCAMPS, Paul, *Le Portugal — la vie sociale actuelle*, Librairie de Paris, Firmin-Diderot Editours, 1935 (p. 378).

²³ MÓNICA, MF, op. cit. (p. 105).

²⁴ OLIVEIRA, Leal, *Boletim do INEF*, n.º 1, Agosto 1940.

²⁵ Idem, (p. 35-36).

²⁶ Idem, (p. 38-39).

²⁷ GUIMARÃES, Oliveira, *Boletim do Instituto de Orientação Profissional*, Lisboa, Out. 1941.

²⁸ LEAL, S., *Introdução à Educação Física*, Liv. Horizonte, 1981 (p. 87).

²⁹ *Regulamento de Educação Física dos Liceus*.

³⁰ OLIVEIRA, Weiss, *A Força para a Saúde. Curso Elementar de Educação Física*, Ed. Tip. Notícias, Covilhã, 1929.

³¹ Cit. por CRESPO, J., «História da Educação Física em Portugal. Os antecedentes da criação do INEF», in *Ludens*, vol. 2, n.º 1, Out. 1977, (p. 50).

- ³² *Regulamento de Educação Física dos Liceus.*
- ³³ PEREIRA, C. M., Valor social do desporto, in *Boletim da Mocidade Portuguesa*, n.º 3, 1945, (p. 103).
- ³⁴ OLIVEIRA, Leal, *Considerações sobre métodos e sistemas de ginástica...*, ed. de autor sem data (p. 44).
- ³⁵ OLIVEIRA, Leal, *A Educação Física Escolar e Militar na Bélgica e alguns dos seus aspectos em Portugal*, Coop. Militar, Lisboa, 1931.
- ³⁶ CRESPO, J., op. cit. (p. 51).
- ³⁷ CORTESÃO, Luisa, *Escola, Sociedade: que relação?*, Porto, Afrontamento, 1982, (p. 85).
- ³⁸ PACHECO, Carneiro, Discurso na Sociedade de Geografia, Maio de 1936.
- ³⁹ SALAZAR, A., Discursos, vol. II.
- ⁴⁰ *Ibidem.*
- ⁴¹ NAZARETH, João de Paiva, O conceito actual da higiene e o professor de Educação Física, in *Boletim do INEF*, n.º 1, 1941, ano II.
- ⁴² ADÃO, Luiz, Contribuição para o estudo de alguns valores biométricos no povo português, *Boletim do INEF*, n.º 3, 1942.
- ⁴³ MÓNICA, M. F., op. cit. (p. 81).
- ⁴⁴ *Idem*, (p. 74).
- ⁴⁵ PACHECO, Carneiro, dis. cit.
- ⁴⁶ CARVALHO, J. J. Lobão de — Valor pedagógico da Educação Física no ensino secundário (tese), in III Congresso do ES, Tip. da Oficina de S. José, Braga, 1930 (pp. 147-175).
- ⁴⁷ *Idem*, (p. 169).
- ⁴⁸ *Idem*, (pp. 171-172).
- ⁴⁹ LOUREIRO, J. Evangelista, Evolução das políticas de formação de professores do ensino secundário, *Revista da Universidade de Aveiro*, 2.º ano, n.º 1-2, 1981 (p. 34).
- ⁵⁰ GUIMARÃES, M. Mesquita, A missão do médico na Educação Física, in *Boletim do INEF*, n.º 4, 1943 (p. 308).
- ⁵¹ *Idem*, (p. 309).
- ⁵² OLIVEIRA, Leal de, Problemas da Educação Física, in *Boletim do INEF*, n.º 4, 1944 (p. 298).
- ⁵³ Anexo C, p. 181.
- ⁵⁴ Anexo C, p. 173.
- ⁵⁵ Anexo C, p. 177.
- ⁵⁶ Anexo C, p. 179.
- ⁵⁷ Anexo C, p. 181.
- ⁵⁸ COSTA, Quintino da, *Boletim do INEF*, n.º 3, 1942.